CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0047/91

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Santos

ASSUNTO: Autorização de funcionamento - Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério, EMSG "Acácio de Paula Leite Sampaio".

RELATOR: Conselheiro Nacim Walter Chieco

PARECER CEE Nº2/92 - CESG - Aprovado em 22/01/1992.

Conselho Pleno

1. Histórico

Em requerimento datado de 12 de dezembro de 1990, a Prefeitura Municipal de Santos, através de sua Secretaria de Educação, solicitou ao Conselho Estadual de Educação (CEE) autorização para instalação e funcionamento da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério na EMSG "Acácio de Paula Leite Sampaio", onde já funciona a Habilitação de Técnico de Contabilidade.

Prevê-se a implantação gradativa de oito turmas, iniciando-se com duas de 1ª Série, com capacidade de 40 alunos por turma.

Apoiando-se em Relatório da Comissão de Supervisores, em 14 de janeiro de 1991, a Delegada de Ensino manifesta-se favoravelmente ao deferimento do pedido (fl. 94) e, dirigindo-se ao CEE em 25 de janeiro de 1991, informa (fls. 95 e 96) que o atendimento à demanda do ensino de 1º Grau, no bairro onde se situa a EMSG "Acácio de Paula Leite Sampaio", é realizado por três escolas da rede estadual. O Município de Santos mantém ainda 12 escolas de 1º Grau e, a partir de 1991, mais uma no âmbito de Termo de Cooperação intergovernamental.

Visando sanar falhas na documentação encaminhada, detectadas pela ETES deste Colegiado, o Processo foi baixado em diligência em 11 de março de 1991 (fls. 95 a 97).

Os autos retornaram ao CEE em 02 de setembro de 1991.

Em nova análise dos autos, efetuada em 27 de setembro de 1991, observou-se que alguns dispositivos do Regimento Escolar deveriam ser revistos pelo interessado a luz da legislação vigente (fls. 171 a 174).

Em 24 de outubro de 1991, a Assessoria da Secretaria Municipal de Educação de Santos toma as providências apon-

tadas e complementa-as em 1 de novembro de 1991 sem que o processo tenha sido baixado novamente em diligência.

2. Apreciação

O pedido formulado pela Prefeitura Municipal de Santos, de autorização para instalação e funcionamento de Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério na EMSG "Acácio de Paula Leite Sampaio", após as devidas correções na documentação, encontra-se, do ponto de vista técnico-legal, em condições de ser apreciado.

Cabem, entretanto, algumas considerações sob as perspectivas de política e de planejamento educacional.

Este Colegiado tem procurado pautar suas decisões sobre propostas educacionais dos Municípios a partir de dois critérios básicos:

1º observância dos dispositivos constitucionais e

2º apoio à política governamental de municipalização do ensino fundamental.

A Constituição Federal dispõe no § 2º do seu artigo 211 que;

"Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar".

No que se refere aos recursos, o artigo 212 estabelece que

"A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante dos impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino".

A Constituição do Estado de São Paulo é mais incisiva quanto ao nível de atuação municipal ao dispor no artigo 240 que

"Os Municípios responsabilizar-se-ão prioritariamente pelo ensino fundamental, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, e pré-escolar, só podendo atuar nos níveis mais elevados quando a demanda naqueles níveis estiver plena e satisfatoriamente atendida, do ponto de vista qualitativo e quantitativo" (grifo nosso).

Prevê-se, também, que os Municípios organizarão seus sistemas de ensino (artigo 239, § 1º) e que serão criados Conselhos Regionais e Municipais de Educação (artigo 243).

Sistemas de ensino dos Municípios e respectivos conselhos são belas intenções que ainda não saíram do papel.

Quanto à proposta do Município de Santos, nos termos da Constituição Paulista, seria muito difícil comprovar, na conjuntura atual, o pleno e satisfatório atendimento quantitativo e qualitativo do ensino fundamental e pré-escolar.

Poder-se-ia alegar que uma política de atuação coerente e consistente daquele Município no ensino fundamental, especialmente nas quatro primeiras séries, e pré-escolar exige, buscando fechar o ciclo, a formação local de professores que poderiam ter preferência na contratação para as escolas municipais. Poderia haver, portanto, maior participação, envolvimento e comprometimento da própria população local na execução da proposta educacional do Município.

São, porém, simples conjeturas, pois a presente proposta não apresenta, como Justificativa essencial, a política e o plano de educação do Município de Santos.

Quanto ao aludido pleno e satisfatório atendimento, há necessidade de, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação, fixação de indicadores básicos que possam evidenciar, ao menos, a situação quantitativa do ensino fundamental e pré-escolar do Município de Santos.

E, no presente caso, será preciso, também, identificar com clareza a capacidade já instalada, a formação existente, a demanda projetada e, conseqüentemente, a necessidade ou não de um ou mais novos cursos de habilitação de professores.

Há que se buscar um equilíbrio entre a demanda e a oferta de profissionais da educação. Professores em demasia acabam por prejudicar os interesses da categoria e em falta representam séria ameaça à própria sociedade.

À vista do exposto, entendemos que a presente proposta não reúne os elementos necessários para a sua aprovação. A Prefeitura Municipal de Santos poderá rerepresentá-la, fundamentando-a em:

1º política e plano municipal de educação e

2º comprovação de atendimento aos dispositivos constitucionais.

3. CONCLUSÃO:

Indefere-se o pedido, formulado pela Prefeitura Municipal de Santos, de autorização de instalação e funcionamento de Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério na EMSG "Acácio de Paula Leite Sampaio", podendo a interessada reapresentar a proposta fundamentando-a em:

1º - política e plano municipal de educação e

2º - comprovação de atendimento aos dispositivos constitucionais.

São Paulo, CEE, 22 de janeiro de 1992.

a) Cons. Nacim Walter Chieco
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator. Abstiveram-se de votar os Conselheiros: Francisco Aparecido Cordão, Maria Bacchetto e Ubiratan D'Ambrosio.

Presentes os nobres Conselheiros: Francisco Aparecido Cordão, Cleusa Pires de Andrade, José Mário Pires Azanha, Luiz Roberto da Silveira Castro, Maria Bacchetto, Nacim Walter Chieco e Ubiratan D'Ambrosio.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 22.1.92.

a) Consº Yugo Okida
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

"Sala Carlos Pasquale", em 22 de janeiro de 1992.

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente

O PARECER CEE N° 0001/92

Da Base a Deliberação n° 01/92

Ver na pasta de Deliberações